



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9489

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Servidores – Câmara Municipal de Montes Claros

Autoria: Mesa Diretora

Data: 28/01/2020

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 11/2020. Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros, e contém outras providências. (Referente à Lei nº 5.236, de 06/02/2020).

Controle Interno – Caixa: 22

Posição: 23

Número de folhas: 08

Espécie: PL
Categoria: Servidores da Câmara
CX: 22
Ordem: 23
nº fls: 06

Nº 05/2020



06.02.2020

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 5.236, de 06/02/2020

PROJETO DE LEI Nº 11/2020

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Dispõe sobre Reajuste dos Vencimentos de Servidores Ativos e
Inativos da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, e
Contém Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 28/01/2020
- 3 - Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas
- 4 - ANOVADO em REGIME DE VIGÊNCIA
- 5 - Em 06.02.2020.
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 11 /2020

"Dispõe sobre reajuste dos vencimentos de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, e contém outras providências."

O Povo do Município de Montes Claros-MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido reajuste de 4,5% (quatro e meio por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de Fevereiro de 2020.

Art. 2º – O limite de pontos de cada gabinete e do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, previsto na Lei Municipal nº 3.906 de 14 de março de 2008, e suas posteriores alterações, fica acrescido de 78 (setenta e oito pontos).

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros - MG., 28 de Janeiro de 2020

Vereador **JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS**
Presidente da Câmara

Vereadora **MARIA HELENA DE QUADROS LOPES**
1ª Secretária da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____
EM _____ DE _____ DE 20____

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____
EM _____ DE _____ DE 20____

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 28 DE ABRIL DE 2020

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇÁ
MENTO E CONTAS
EM 28 DE ABRIL DE 2020

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____
REGIME DE URGÊNCIA
EM 06 DE FEBREIRO DE 2020

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

IMPACTO FINANCEIRO DO PROJETO REAJUSTE 2020

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O projeto prevê:

- Reajuste de 4,5% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de Fevereiro de 2020;
- Acréscimo de 78 (setenta e oito) pontos para os gabinetes do Vereadores e da Presidência.

Estimativa do Impacto orçamentário – Financeiro (artigo 16 LC 101/2000)

PREMISSAS: projeto .

Metodologia do cálculo :

Especificação	Exercício de 2020	Exercício de 2021
Despesa	662.607,00	187.309,46
Previsão Orçamentária	24.350.000,00	25.560.000,00
Estimativa do impacto Orçamentário financeiro	2,72% (dois inteiros e setenta e dois centésimos por cento)	3,30% (três inteiro e trinta centésimos por cento)

Concluimos, com base na estimativa acima, que a entidade dispõe de recursos orçamentários e que de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo), haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Montes Claros-MG. 29 de Janeiro de 2020

IVAN FONSECA DE OLIVEIRA
Contador CRC/MG 39.291



Câmara Municipal de Montes Claros

Declaração de Compatibilidade da Despesa (Art. 16, Inciso II da LC 101/2000)

Declaro, para os devidos fins que a contratação da despesa do projeto de lei, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária e está compatível com o plano plurianual e com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros-MG., 29 de Janeiro de 2020

JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 11/2020 QUE “Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros/MG e contém outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto versa sobre reajuste para servidores e aumento da pontuação alusiva à contratação de servidores.

Uma vez que o presente projeto trata de questão interna da Câmara Municipal, não se vislumbra nenhum vício de iniciativa, bem como, não se vê nenhuma ilegalidade em seu objeto, ressaltando-se que a iniciativa, como previsto na Lei Orgânica, foi da Mesa Diretora.

Conforme impacto financeiro juntado a Câmara possui disponibilidade financeira para arcar com os custos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 29 de janeiro de 2020.

LUCIANO BARBOSA BRAGA

Assessor Legislativo

OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros – MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 11 /2020

AUTOR: Mesa Diretora

MATÉRIA: “Dispõe sobre Reajuste dos Vencimentos dos Servidores Ativos e Inativos da Câmara Municipal de Montes Claros- MG, e contém outras Providências”

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 28/01/2020, com entrada na Sala das Comissões no dia 29/01/2020.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei trata reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros.

O reajuste será concedido na ordem de 4,5% (quatro e meio por cento), incidindo nos cargos de provimento efetivo e comissionado e comissionado administrativos do Poder Legislativo a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Consta ainda na proposição acréscimo de 78 (setenta e oito) pontos o limite de pontos de cada gabinete e do gabinete da Presidência.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 29 de janeiro de 2020

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito : _____

Relator: Ver. Martins Lima Filho: _____



Câmara Municipal de Montes Claros – MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 11 /2020

AUTOR: Mesa Diretora

MATÉRIA: “Dispõe sobre Reajuste dos Vencimentos dos Servidores Ativos e Inativos da Câmara Municipal de Montes Claros- MG, e contém outras Providências”

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 28/01/2020, com entrada no Setor das Comissões no dia 29/01/2020.

Após parecer da Comissão de Legislação foi encaminhada a esta Comissão para, nos termos regimentais, manifestar sobre a matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei trata reajuste dos vencimentos dos servidores ativos e inativos da Câmara Municipal de Montes Claros.

O reajuste será concedido na ordem de 4,5% (quatro e meio por cento), incidindo nos cargos de provimento efetivo e comissionado e comissionado administrativos do Poder Legislativo a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Consta ainda na proposição acréscimo de 78 (setenta e oito) pontos o limite de pontos de cada gabinete e do gabinete da Presidência.

Conforme impacto financeiro juntado ao projeto, a Câmara Municipal possui disponibilidade financeira para arcar com a realização desta despesa.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 29 de janeiro de 2020.

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares

Vice-Presidente : Ver. Domingos Edmilson Magalhães

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito: